

AS VIOLÊNCIAS NA CRÔNICA “MEU ENCONTRO COM DEUS”, DE FERNANDO BONASSI¹

Flávia Luciano Santos²

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado que buscou refletir sobre os modos de representação das violências no livro de crônicas de Fernando Bonassi, *A boca no mundo*, publicado em 2007. Em suas crônicas, Bonassi representa aspectos do cotidiano, que muitas vezes passam despercebidos por nós, revelados por meio de uma linguagem coloquial (própria da crônica). O olhar do autor se volta para a realidade dos menos favorecidos, vítimas de um sistema social que os oprime e os exclui de seus direitos fundamentais, aludindo a uma violência estrutural, que resulta, muitas vezes, em uma violência direta. Na crônica “Meu encontro com Deus”, escolhida para mobilizar nossas reflexões neste artigo, percebemos de que muitas ações violentas, tidas como naturais no cotidiano, são originárias de relações desiguais entre as pessoas.

PALAVRAS-CHAVES: Bonassi; crônica; violências.

ABSTRACT: This article presents the results of a master's research that sought to reflect on the ways of representing violence in Fernando Bonassi's chronicle book, *A boca no mundo*, published in 2007. In his chronicles, Bonassi represents aspects of everyday life, which often pass unnoticed by us, revealed through colloquial language (typical of the chronicle). The author's gaze turns to the reality of the least favored, victim of a social system that oppresses them and excludes them from their fundamental rights, alluding to structural violence, which often results in direct violence. In the chronicle "My encounter with God", chosen to mobilize our reflections in this article, we realize that many violent actions, considered natural in everyday life, originate from unequal relationships between people.

KEYWORDS: Bonassi; chronic; violence.

Introdução

Fernando Bonassi nasceu em São Paulo, em 1962. Formou-se em Cinema na Escola de Comunicação e Arte, da Universidade de São Paulo (USP). A técnica narrativa do cinema é claramente manifestada em sua escrita literária, sendo ele um autor múltiplo, de romances e contos a peças de teatro e a roteiros de filmes brasileiros consagrados como *Carandiru*, *Cazuza – O tempo não para* e *Lula – O filho do Brasil*. Mesmo quando cria um texto, ele consegue revivê-lo em outro espaço. Natasha Fernanda Ferreira Rocha, em sua dissertação, *Estilhaços Cotidianos: A ficção de Fernando Bonassi*, também reconhece essa versatilidade do autor. Segundo a estudiosa:

[...] é possível citar a impressão, recorrente na leitura de suas obras, de que sua produção precisa ser maleável o suficiente a ponto de ter, um mesmo texto,

¹ Esse artigo apresenta resultados da pesquisa de Mestrado *Das violências: crônicas de A boca do mundo*, de Fernando Bonassi, orientada pelo Prof. Dr. Luciano Cavalcanti.

² Mestra em Letras pela Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). Bolsista pelo FCTE/PMTCC E-MAIL: flavia_santos.l@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1523891935081249>. Esse artigo apresenta resultados da pesquisa de Mestrado *Das violências: crônicas de A boca no mundo*, de Fernando Bonassi, orientada pelo Prof. Dr. Luciano Cavalcanti.

a medida de um conto ou de um monólogo e, conseqüentemente a capacidade de venda para uma ou outra mídia – ou ambas, como seus vários romances adaptados para o teatro e o cinema. (ROCHA, 2016, p. 28)

Essa capacidade e/ou necessidade, como sugere Rocha, parece apontar para um hibridismo do autor, ao transitar na literatura por vários gêneros – romances, crônicas, contos etc – como também caminha por projetos cinematográficos e televisivos. Esse hibridismo é ressaltado em suas crônicas, visto que o gênero é caracterizado, sobretudo, por essa multiplicidade formal.

O livro *A boca no mundo*, publicado em 2007, reúne 100 crônicas que foram inicialmente publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 2002 a 2006. As crônicas selecionadas para compor este livro têm como personagens principais pessoas pobres, empregados ou subempregados, com salários baixos, moradia precária e sem condições de lazer. Essa condição dos personagens do Bonassi revela a inércia do Estado em relação à manutenção dos direitos básicos, garantidos pela Constituição Federal, de 1988. No livro, o autor reflete sobre desvios morais da nossa sociedade, advertindo que a riqueza no Brasil, muitas vezes, encobre e preserva a desigualdade social, através de mecanismos políticos e individuais.

Em suas obras, Bonassi se afasta da idealização de que o agressor é alguém com características particulares e facilmente reconhecidas. A violência, nas obras do autor, vem de qualquer pessoa e evidencia a desarmonização do tecido social. Isso se dá também com a decadência da experiência de trabalho de seus personagens, na medida em que o autor expõe a responsabilidade do sistema capitalista, que substitui homens por máquinas, na manutenção da violência. O indivíduo perde sua referência, já que a função que ele sempre exerceu e com a qual sempre se identificou é alterada pela chegada de máquinas modernas, que geram mais lucros e menos gastos para o dono do processo de produção. O trabalhador, nesse contexto, se torna um objeto e, nessa circunstância, é eliminado. O que está em jogo é a sua funcionalidade e a sua produção, não sua humanidade ou necessidade. Trata-se de um sistema que coisifica pessoas e que, portanto, as violenta.

Neste artigo, deter-nos-emos em uma crônica do livro *A boca no mundo*, “Meu encontro com Deus”. Nela, o personagem que narra, em uma espécie de depoimento, não possui nome, anunciando, já de saída, uma realidade miserável, sugerida pela ausência dessa identificação.

Na crônica, percebemos de que muitas ações violentas citadas, tidas como naturais no cotidiano, são originárias de relações desiguais entre as pessoas.

“Meu encontro com Deus”: da violência de ser (e não se saber) violentado

O personagem-narrador da crônica – trata-se, pois, de uma crônica narrativa³ – possui três irmãos e foi abandonado pelos pais já na infância, vivendo uma vida medíocre pela sua condição de desempregado, sem nenhum prestígio social. Diversas vezes ele é enganado e até mesmo roubado.

Ele não tem visibilidade social por fazer parte de uma massa de pessoas com baixa condição econômica e pouca ou nenhuma oportunidade e estímulo de se desenvolver intelectual e conscientemente. Nilo Odalia considera que

O ato rotineiro e contumaz da desigualdade, das diferenças entre os homens, permitindo que alguns usufruam à saciedade o que à grande maioria é negado, é uma violência. São os hábitos, os costumes, as leis, que mascaram, que nos levam a suportá-la como condição inerente às relações humanas [...]. Essa maneira de agir institucionaliza a desigualdade e faz aparecer como natural a distinção entre os homens que possuem e os que não possuem. (ODALIA, 1983, p. 30)

Não é uma violência explícita, que agride de maneira visível e imediata como a física, mas é tão brutal quanto ela. Mostra um sistema que viola o indivíduo de maneira mascarada, ela está enraizada no cotidiano. A violência se materializa sem a intervenção de políticas públicas e através da violação dos direitos humanos básicos. É o que sugere Fábio Marques Mendes ao se referir a esse tipo de violência como:

Silenciosa, sutil, surda e sorradeira, podendo ser associada à metáfora de cupins que corroem a madeira. Sua agressividade é aparentemente tímida, essencialmente sedutora. Apesar disso tudo, pode até ser mais demolidora que a brutal, em razão de seu exercício contínuo e não meramente pontual. (MENDES, 2015, p. 39).

Não causa incômodo só o fato de o indivíduo perder sua identidade e ser invisibilizado socialmente, mas a ausência de políticas públicas efetivas que deveriam garantir seus direitos fundamentais. Apesar destes direitos estarem materializados na Constituição Federal para a garantia da dignidade da pessoa humana, ela nem sempre é respeitada e/ou obedecida de fato,

³ “A *crônica narrativa*, cujo eixo é uma estória ou episódio, o que a aproxima do conto, sobretudo entre os contemporâneos quando o conto se dissolveu perdendo as tradicionais características do começo, meio e fim. O exemplo típico é Fernando Sabino”. (COUTINHO, 1971, p. 120)

impedindo que o indivíduo tenha uma vida plena. O Estado é quem tem a função de promover esses direitos aos cidadãos. Ao não garanti-los, se torna o principal fomentador da desigualdade social. Num caráter ambivalente, quem deveria prover e proteger é quem viola e desintegra. É uma barbárie cometida pelo Estado com aparência de civilidade e organização. A pessoa passa a ocupar um lugar inferior na sociedade, a voz tem menos ou nenhum som, sua presença nem sempre é vista e suas necessidades não são reconhecidas. Conforme a narrativa,

[...] meu irmão teve que partir assim, digamos, num instante. Bem rápido mesmo. É. Deixou um pequinês pra criar. Ele é dentuço. O pequinês. Sim. E tem asma. Fica zuncando a noite inteira. Faz muito barulho. Tranco ele no quintal, mas ainda assim fico ouvindo o zunco. Preciso fechar a porta do quarto. O senhor veja, odeio fechar a porta do quarto. Me dá falta de ar. O irmão mais moço mora comigo, mas sempre deu muito trabalho. Antes porque comia chocolate com mostarda, misturava cerveja com uísque, cheirava cola e vivia caindo de motocicleta. Entao arranhou emprego de motoboy. Não durou uma semana . Agora, o senhor veja, a perna dele apita toda vez que a gente vai no banco pegar a pensão. O senhor deve estar se perguntando “ por que eu, o irmão, digamos, mais saudável, não pode pegar sozinho a pensão do irmão caçula?”. Poder posso. Acontece que esse meu irmão cheio de pino, esse que eu arrasto na cadeira de rodas pra cima e pra baixo, ele não confia em mim. Agora só quer saber de filme de sacanagem e arroz-doce. Gasta toda a pensão nisso. Como eu estou desempregado, o senhor veja o que tem sido o meu sustento... (BONASSI, 2007, p. 43)

Jaime Ginzburg acrescenta que

[...] indivíduos não são ouvidos com a merecida clareza, não ganham para o outro imagem justa com suas necessidades. Ambos são tratados como inferiores, e estão desprovidos de condições para defender a si mesmos do sofrimento. (GINZBURG, 2010, p. 111).

Marilena Chauí considera que essa violência estrutural, sofrida pelo indivíduo fragilizado e discriminado pela sociedade, ao contrário do que se acredita, não vem desses indivíduos que não possuem capital dirigido a uma sociedade civilizada, mas justamente o contrário: a violência vem de cima para baixo. Nessa perspectiva, Chauí acredita que:

[...] estamos acostumados a encarar a violência como um ato enlouquecido que vem de baixo para cima da sociedade (é assim, aliás que está sendo apresentado pelos jornais e comissões estatais), quando na verdade seria mais pertinente encará-la de modo oposto, isto é, como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vêm do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente espalhando-as no interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado. (CHAUI, 1980, p.1)

Trata-se, segundo Chauí, de um mito fundador em nossa sociedade:

O mito é construído graças a um processo de exclusão social e histórico preciso, cuja finalidade é admitir existência inegável da violência, mas fazendo-a aparecer de modo a negá-la. [...] a situação atual é apresentada como favorável à criminalidade e a transgressão porque as regras, normas e leis perderam sua eficácia como cimento afetivo, moral e legal das relações sociais. (CHAUI, 1980, p. 2)

É possível identificar na crônica uma conformidade do personagem com a própria vida insatisfatória, naturalizando sua condição miserável. Até mesmo o abandono dos próprios pais não lhe causa repúdio. Já no primeiro parágrafo, o narrador nos mostra essa relação:

O senhor veja: primeiro eu perdi meu pai, que fugiu de casa. Disse que ia até ali e já voltava e já viu... Logo em seguida foi minha mãe. Ela, digamos, perdeu-se sozinha. Dizem que era desbocada, que não prestava e que vivia armando confusão. O senhor sabe como as pessoas gostam de falar pelas costas... Irmãos, o senhor veja, eu sei que tenho. Três pelo menos eu sei que existem...” (BONASSI, 2007, p. 43).

O personagem experimenta, desde cedo, a rejeição e a ausência da responsabilidade dos próprios pais e do Estado, que não intervém em sua formação afetiva e educacional para garantir uma vida digna. Na crônica, há uma exposição de papéis sociais no entendimento da condição do pai e de mãe. No que se refere ao pai, o personagem utiliza o verbo “fugir”, na voz ativa, que se refere à atitude do homem: “[...] primeiro eu perdi meu pai, que fugiu de casa.” (BONASSI, 2007, p. 43). Pode-se associar este fato ao papel do homem em relação a nossa sociedade machista patriarcal. O homem é o provedor, o ativo da relação, e a mulher, submissa a ele, como se fosse passiva a suas escolhas e passiva também ao seu lugar social de obediência e acato. Para Ginzburg

A ideia mítica de um pai como âncora da estrutura social não se dissocia da história de hegemonia política do patriarcado. Cargos políticos, lideranças econômicas e posições sociais decisivas, historicamente, ficam de modo geral nas mãos de homens, heterossexuais, originários de famílias consideradas dignas, de grupos religiosos dominantes, defensores de valores de interesse de seus próprios segmentos sociais. Mulheres, negros homossexuais, crianças, indígenas, todos que não estiverem na escala preferencial da sociedade patriarcal têm historicamente se subordinado a critérios de configuração de poder. (GINZBURG, 2013, p. 77)

É possível identificar também esse lugar ou ausência de lugar social da mulher na crônica, quando o personagem refere-se a ela como “perdeu-se sozinha”. Aqui, o verbo está na voz passiva. O personagem caracteriza a mãe com adjetivos como “desbocada” e também a caracteriza como uma mulher que “não prestava e que vivia armando confusão”. Essa referência

que ele tem da mãe advém dos outros, pois assim a classificaram para ele. Os lugares sociais da mulher são muito restritos. Ou ela é uma mulher com candura ou uma mulher promíscua.

Pierre Bourdieu caracteriza essa construção da mulher como sendo advinda do próprio órgão sexual: enquanto o falo representa o poder; a vagina remete ao sagrado e seu comportamento deve ser baseado nessa condição, como quem doa a vida pela família, pela casa e não há interesses ou desejos particulares. Conforme apont Bourdieu: “A cintura é um dos signos do fechamento do corpo feminino [...]. Ela simboliza a barreira sagrada que protege a vagina, socialmente constituída em objeto sagrados” (BOURDIEU, 2012, p. 25).

Em relação ao pai, o personagem não lhe atribui adjetivos, mesmo estando na mesma condição de irresponsabilidade quanto aos filhos. Heleieth Saffioti analisa lugares sociais direcionados a homens e mulheres, mostrando que esses lugares não são naturais, mas culturais:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher [...]. (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Socialmente, a mulher é educada para vigiar os próprios desejos e atitudes como forma de atingir as expectativas que cada gênero carrega. Isso implica em não sair de uma condição imaginária de pureza e cair num *status* de depravada. Na mesma perspectiva que Saffioti, Bourdieu se refere a essa contingência social que envolve ser homem e ser mulher na cultura patriarcal. Para o pensador,

Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. É por não perceberem os mecanismos profundos, tais como os que fundamentam a concordância entre as estruturas cognitivas e as estruturas sociais, por tal, a experiência tóxica do mundo social [...]. (BOURDIEU, 2012, p. 17)

Bonassi não nos apresenta a maneira como o personagem sobreviveu sem o cuidado dos pais na infância e no adolescer. Mas ao narrar a vida dos irmãos do personagem, também sem nomes, similar à sua e a de outras vidas pobres, é possível reconhecer que devido à ausência de orientação, políticas públicas que supram o fundamental para sobreviver (alimentação, moradia, segurança etc.), eles tiveram que buscar meios ilícitos para garantirem a sua própria sobrevivência. É, novamente, o Estado promovendo a violência a partir de sua atitude de inércia. Conforme o narrador descreve:

Sei disso porque o mais velho deles, o que jurava ser corretor de imóveis, o senhor veja, mostrou recentemente que não era bem disso. Tinha algo a ver

com uma lei de Física, sobre dois prédios não poder ocupar o mesmo lugar, no mesmo terreno, ao mesmo tempo... mas com financiamentos diferentes. Enfim, vai puxar uns por estelionato e agravantes.

O irmão do meio, que tinha (ou tem, sei lá...) o olho meio puxado e um cabelo bem diferente dos outros, mexeu com quem não devia. Coisa de costa quente. Ou mão boba, vai saber? Esse me mandou um postal. Anda la por Campina Grande, ou Cuiabá, ou Londrina, ou Várzea Paulista...se não me engano. Inclusive esse meu irmão teve que partir assim, digamos, num instante. Bem rápido mesmo. [...] O irmão mais moço mora comigo, mas sempre deu muito trabalho. [...] cheirava cola e vivia caindo de motocicleta. (BONASSI, 2007, p. 43)

A experiência de rejeição, abandono e indiferença são fatores que colocam crianças e jovens em maior risco a comportamentos agressivos e de transgressão de regras. Linda L. Dahlber e Etienne G. Krug acrescentam que

Além dos fatores biológicos e demográficos, são levados em consideração fatores como a impulsividade, o baixo nível educacional, abuso de substância química e história passada de agressão e abuso. Em resumo, este nível do modelo ecológico focaliza as características do indivíduo que aumentam a probabilidade de ele ser vítima ou agressor. (DALHBERG; KRUG, 2006, s/p)

Thomas Conti considera esse modo de viver das personagens uma violência estrutural. Para o estudioso, esse termo se refere a um tipo de dominação que a vítima sofre a partir da privação, marginalização, discriminação, alienação e cidadania de segunda classe. Segundo Conti, a violência estrutural “[...] é um processo que causa diferença nas chances de vida das pessoas sem que necessariamente exista uma intenção violenta e agressor bem definidos.” (CONTI, 2016, s/p).

Alguns indivíduos são privados de condições de desenvolvimento social, pessoal e material e essa privação também é uma violência. Segundo Odalia,

Toda a vez que o sentimento que experimento é o da privação, o de que determinadas coisas me estão sendo negadas, sem razão sólidas e fundamentadas, posso estar seguro de que uma violência está sendo cometida. Entender a violência como privação me auxilia também a dar o primeiro passo no sentido de lutar para que os buracos que sinto dentro de mim, por me sentir menos gente do que os outros que possuem o de que me privam, sejam superados e forrados. (ODALIA, 1983, p. 86)

Primordialmente, é necessário ter consciência de que está sendo privado de algo e tão importante quanto é reconhecer que essa privação se trata de uma violência – violência política. Não há no personagem essa consciência, ele apresenta um modo de viver alienado.

Pra piorar por orientação daquele irmão mais velho, investi as minhas economias num apartamento de três dormitórios de uma construtora sólida. Tudo só pra mim. Meu plano era derrubar as paredes e fazer um salão desse

tamanho. Andar pelado de cortina aberta. Comprar uma televisão de um metro e meio. Não, melhor: ia ter uma suíte com banheira e outra sala enorme, só pra miserável da televisão. Eu queria um metro e meio de televisão. O senhor veja, um apartamento enorme, todas as minhas economias, uma construtora sólida.. o prédio foi demorando, demorando, então o meu irmão mais moço escutou no rádio que o presidente da empresa tinha se mudado pra Suíça. Ele tinha um ouvido bom pra desgraça alheia como tinha pra dele próprio! (BONASSI, 2007, p. 44)

Ele está alheio a si próprio e a sua condição de vida. Chauí se refere à alienação como sendo quando

[...] a interiorização não ocorre, isto é, quando o Sujeito não se reconhece como produtor das obras e como sujeito da história, mas toma as obras e a história como forças estranhas, exteriores, alheias a ele e que o dominam e perseguem, temos o Hegel designa como alienação. (CHAUI, 1982, p. 41)

O fato de determinadas pessoas possuírem condições materiais e direitos e outras pessoas não é uma condição natural, mas originárias de relações sociais. Ocorre que faz parte do processo da violência estrutural naturalizar as condições de exploração, tornando os “bem sucedidos” agraciados com palavras como mérito, esforço e graça:

A naturalidade da desigualdade, que nos tem sido imposta, no correr da história do homem civilizado, só pode ser compreendida quando se compreende que ela é uma condição de estruturas sociais, que passam a reproduzi-la como um fenômeno aparentemente natural. (ODALIA, 1983, p. 31)

A ausência de consciência do personagem de sua própria condição, consequência também da falta de instrução adequada e responsável, o torna escravo de um sistema capitalista que visa ao lucro, no qual, mais uma vez, o indivíduo passa a ser violentado. Agora, pela corrupção de uma empresa que a sua própria falta de instrução favorece para ser enganado e roubado. Conforme o narrador apresenta:

[...] investi as minhas economias num apartamento de três dormitórios de uma construtora sólida. Tudo só pra mim. Meu plano era derrubar as paredes e fazer um salão desse tamanho. Andar pelado de cortina aberta. Comprar uma televisão de um metro e meio. Não, melhor: ia ter uma suíte com banheira e outra sala enorme, só pra miserável da televisão. [...] O prédio foi demorando, demorando, então meu irmão mais moço escutou no rádio que o presidente da empresa mudou pra Suíça. Ele tinha ouvido bom pra desgraça alheia como não tinha pra dele próprio! (BONASSI, 2007, p.44)

Ele investiu em um apartamento maior do que seria necessário para viver, que sua condição de trabalhador pobre permitia, mobiliado com exageros, guiado por um padrão de consumo capitalista. Era uma tentativa de pertencer a uma classe social diferente da sua, que

lhe dê visibilidade e perdeu tudo. Aliado a isso, a falta de justiça para algumas camadas da sociedade tem papel crucial na manutenção da desigualdade social e na violência. O funcionamento extremamente ineficaz e injusto da justiça no Brasil coloca em descrédito a moral e enfraquece a qualidade das relações sociais.⁴

A falta de instrução faz com que o consumo exagerado e, às vezes, inconsequente, implantado pelo sistema capitalista, aumente a desigualdade social. Já que não é o acúmulo de bens materiais que irá reverter sua condição social e o fornecer dignidade, mas, sim, a educação, um trabalho digno e outros direitos fundamentais. Direitos estes que deveriam ser efetivos através das políticas públicas.

Favorece-se, assim, o enfraquecimento do eu e facilita-se uma adaptação e assimilação de comportamento de massa. O indivíduo é dominado por um sistema agressivo de consumo. A satisfação provém da aquisição de bens que, na realidade, só fortalece a economia e enfraquece a pessoa. O personagem foi enganado pela imobiliária. Possivelmente ofereceram a ela um apartamento com custo acessível para atrai-lo. Mais uma vez, o que se percebe é a injustiça, já que o personagem fora roubado, através da compra de um imóvel que não existe. O personagem não procura por justiça. Ele parece nem esperar por ela. Possivelmente, onde vive, ela não deve sequer existir de maneira imparcial e razoável como deveria.

Outro embaraço para que o personagem consiga, primeiramente, reconhecer, para em seguida, expressar seus direitos, é a falta de letramento. Falta a ele recursos para externalizar sua própria condição. Isso se deve pela pouca ou nenhuma oportunidade de frequentar a escola e também pelo seu espaço social, restrito demais para ser reconhecido como detentor do direito de justiça ágil e eficaz.

Aluguei um sobrado. Ela veio morar comigo. Era engraçado... Paguei o curso de Direito pra ela. Era muito engraçado... Aquele olho verde, o senhor vê... Eu era muito engraçado... Aquele olho verde, o senhor vê... Eu era muito engraçado... Pensei que era olho da pureza, mas digo ao senhor que não. Não era. Deu pra metade dos professores da Faculdade. Faculdade dessas grandes. Digamos, “Universidade” mesmo, tipo *franchising*, com um monte de filiais e professores fumando, tomando cafezinho e se engraçando com a mulher dos outros nos intervalos... muitas filiais... vários intervalos... muitos professores... acabou com o do Direito Civil. Me deixou com uma mão aqui e a outra pra cobrir la atrás. Nem casado eu era. Perdi o resto, aquilo que a construtora sólida ainda não tinha levado. O

⁴ Segundo Alba Zaluar, “[...] um grande percentual de bandidos nunca é preso e nem punido, o que é para eles um encorajamento para repetir outros atos delinquentes. E visto que o dinheiro pode garantir a impunidade, pois o policial não registrará o ato, começando o fluxo do processo jurídico, ou visto que advogados bem pagos sabem como evitar os processos e as condenações penais [...]” (ZALUAR, 2010, s/p.)

miserável do amante dela cuidou da causa. Depois deu uma aula sobre a “falência do concubinato”. Eu pensando que aquele olho verde era o olho da pureza... (BONASSI, 2007, p. 44)

A esse respeito, Ginzburg considera que

[...] não é possível aos excluídos do letramento uma consciência plena de sua própria situação de excluídos sociais. [...] falta a eles o exercício da fala de reivindicação e de condições íntegras de existência. Eles não sabem como dizer o que falta a eles. E se soubessem, não temos como definir a quem se dirigiriam e o que conseguiriam. (GINZBURG, 2010, p. 111)

A maneira de reproduzir um sistema de consumo e de um padrão cultural se estende, também, no relacionamento do personagem com a namorada. Ele, um subalterno, se relaciona com Adelina, enquadrada em um biotipo modelar: cabelo louro e olhos verdes, um padrão de beleza eurocêntrico. A namorada funciona, assim, como uma forma de associação a um modelo cultural do qual é excluído.

Adelina era o nome. Gostei mesmo dela. Adelina pra mim agora é, digamos, nome de remédio amargo; mas eu não tinha reparado nesse som antes. Quando conheci era tudo que eu precisava. Era loirinha e tinha o olho verde. Quando sorria afundava umas covas na bochecha. Ela deixava assim, digamos, um certo decote... mas eu nunca via nada demais naquilo. Os seios de Adelina. (BONASSI, 2007, p. 44)

Mais uma vez, o personagem paga caro por querer seguir padrões de um sistema que o despreza. A namorada, pode ser lida pela ótica crítica de Bonassi, como mais um objeto de consumo que atende a padrões que não dialogam com a história do personagem, são parte, portanto, de um modo de vida burguês, que mercantiliza tudo:

As coisas-mercadorias começam, pois, a se relacionar umas com as outras como se fossem sujeitos sociais dotados de vida própria (um apartamento estilo “mediterrâneo” vale um “modo de viver”, um cigarro “vale um estilo de vida”, um automóvel 0 km. vale um “jeito de viver”, uma calça vale “uma vida jovem”, etc., etc.). [...] A mercadoria passa a ter vida própria indo da fábrica à loja, da loja à casa, como se caminhasse sobre seus próprios pés. (CHAUI, 1982, p. 57)

A mercadoria tem caráter espetacular e parece significar o preenchimento da subjetividade do personagem. Por isso, o consumo em grande proporção. É como se o sujeito estivesse esvaziado e fosse preenchido pelo signo da mercadoria. Odalia considera que o consumo agressivo “[...] está perfeitamente sincronizado com uma sociedade que está mais preocupada em produzir e vender rádios e televisões do que com o alimento nosso de cada dia.” (ODALIA, 1983, p. 41). Enriquecendo essa concepção, Zaluar identifica que

A sociedade do pós-guerra sofreu um processo acelerado de transformações econômicas, políticas e culturais, e essas transformações se traduziram na fragmentação social e na importância crescente dada às atividades de lazer e de consumo como meios de definir novas identidades sociais, em particular a dos jovens. (ZALUAR, 2010, s/p)

O consumo é uma forma de dominação, portanto, visto que o sujeito passa a ser explorado pelo consumo e passa a ser parte do próprio consumo: no “[...] modo de produção capitalista os homens realmente são transformados em coisas e as coisas são realmente transformadas em ‘gente’”, alerta Chauí (1982, p. 58).

Dando continuidade aos sucessivos enganos, o personagem investe numa faculdade de Direito para Adelina e aluga um sobrado para morar com ela, que o trai com vários homens, inclusive com seu professor. O único contato do personagem com a lei se dá dessa forma, sendo lesado pelo professor-advogado. O narrador nos revela, em um fragmento da narrativa:

Aquele olho verde, o senhor vê... eu era muito engraçado... Pensei que era o olho da pureza, mas digo ao senhor que não. Não era. Deu pra metade dos professores da Faculdade. Faculdade dessas grandes. [...] Me deixou com uma mão por aqui e a outra pra cobrir lá atrás. Nem casado eu era. Perdi o resto, aquilo que a construtora sólida ainda não tinha levado. (BONASSI, 2007, p. 45)

São sucessivos os ataques aos direitos do personagem, dos quais destacamos, no presente da narrativa, a falta de um emprego: “[...] como eu estou desempregado, o senhor veja o que tem sido meu sustento...” (BONASSI, 2007, p. 44).

O sustento a que ele se refere o personagem é levar o irmão acidentado que não consegue andar para pegar sua pensão. O personagem que não possui a confiança do irmão para buscar a pensão sozinho e entregar a ele, passa por situações constrangedoras para conseguir sobreviver. Seus outros irmãos conseguem seu sustento através de atividades criminosas. O desemprego potencializa a exposição do indivíduo a comportamentos ilegais, sem ter emprego ele precisa achar meios de sobreviver e a ilegalidade passa a ser uma das poucas condições, já que na maioria das vezes a pessoa não tem escolaridade suficiente exigida pelo mercado de trabalho e uma rede de apoio, família, políticas públicas, que sanem suas necessidades básicas. Nessa perspectiva, Odalia considera que

[...] no Brasil o desemprego é um candidato potencial à marginalidade criminal. Uma vez desempregado, o trabalhador brasileiro é lançado à sua própria sorte. Impedido de fazer poupança, quando empregado, devido ao baixo salário, [...] em poucos meses, uma vez consumido o fundo de garantia, ingressa no mundo nebuloso do biscateiro e sua marginalidade é um apoio à criminalidade. (ODALIA, 1983, p. 47)

Há um desrespeito ao ser humano quando é negado condições básicas para sua sobrevivência. A criminalidade é o que resta quando não há mecanismos efetivos que deveriam ser proporcionados pelo Estado. A sua intervenção é questionável e, quando há, é ineficaz.

No final da crônica, o personagem descreve onde mora. Depois da tentativa frustrada de comprar seu apartamento, foi morar com uma tia, em uma situação caótica e correndo risco de morte, pois sua parente usa bebida alcoólica e costuma colocar fogo nas suas coisas. Era uma moradia no mínimo imprópria para uma vida digna, que o personagem nem considera como casa ou lar: denomina-a de “troço”:

Morar mesmo, o senhor veja, eu e esse meu irmão mais moço moramos aqui nesse troço de propriedade dessa minha tia. Quando ela bebe põe fogo no colchão. Já comprei seis: dois *Blu Sky*, três *SuperAnathom* e um *Espumex* mesmo, que eu já tava de saco cheio. O cara da loja me chama pelo apelido... Meu apelido não presta. Não vou contar qual é. Tudo tem limite. (BONASSI, 2007, p.45).

Essa vida sem dignidade, segurança, lazer e justiça não causa o estranhamento que deveria causar. O próprio vendedor da loja do colchão o rotula e não parece se abismar com tal condição precária. O personagem não tem condições mínimas de usar sua liberdade, ele não tem para onde ir. É sufocado e reprimido pela sua condição de pobre. É livre, mas não há políticas públicas que efetivem seu direito básico. A partir da pouca ou nenhuma condição de escolha, o personagem se vê obrigado a lidar com a violência da tia. São inúmeras violências sociais e políticas: a tia que não é assistida pela saúde, diante do vício, a falta de segurança e dignidade dos moradores da casa e humilhação social com os vendedores da loja que debocham da condição do personagem, quando deveria ser de repúdio, por estarem diante de atos violentos. Ginzburg reflete sobre a naturalização da violência vivenciada pelo indivíduo pobre. Conforme o crítico:

Naturalizamos [...] tudo o que deveria nos deixar perplexo – violência excessiva por parte do Estado, enorme desigualdade social, ausência de prerrogativas éticas nas condições de vivência social, permanente estado de expectativa incerta em relação ao futuro, ausência de condições de escolarização compatíveis com as necessidades sociais e com as exigências para a formação de consciência crítica coletiva. Naturalizamos, muitas vezes sem perceber com clareza, várias formas, algumas amenas e outras trágicas, de barbárie. (GINZBURG, 2013, p. 121)

Por fim, o personagem que começa a beber também, seguindo o exemplo da tia. “Eu já tinha tomado umas. Acabei pegando gosto, olhando essa minha tia.” (BONASSI, 2007, p. 45). Aparentemente, o personagem volta a beber como uma tentativa de fuga desse agressivo mundo

externo. Freud considera que o entorpecimento é uma das formas de aliviar o sofrimento e as desilusões: “Esses expedientes talvez sejam de três tipos: distrações poderosas que nos façam desdenhar nossa miséria, satisfações substitutivas que a amenizem e entorpecentes que nos tornem insensíveis a ela.” (FREUD, 2015, p. 61)

Considerações finais

O nome da crônica aparece a propósito de uma bebederia do personagem, que o leva a ter um encontro com Deus:

Então, o senhor veja, encontrei Deus. Foi ali em cima, perto da padaria. Eu já tinha tomado umas. Acabei pegando gosto olhando pra essa minha tia. Sei que eu olhei bem pra cara dele, medi de cima embaixo e falei mesmo: Isso é coisa que se faça comigo? (BONASSI, 2007, p. 45).

O personagem atribui a Deus todas as suas mazelas, retirado do Estado a responsabilidade de se encontrar numa situação tão miserável. A esse respeito, Freud nota que

É particularmente digno de nota o caso em que um grande número de pessoas empreende conjuntamente a tentativa de obter garantias de felicidade e proteção contra o sofrimento mediante uma transformação delirante da realidade. Precisamos caracterizar também as religiões da humanidade como delírios coletivos desse tipo. (FREUD, 2015, p. 74)

Esse afastamento da consciência contribui para uma ausência proposital e irresponsável do Estado na organização social e no fomento da dignidade do cidadão. Isso também é possível devido a religião ser um dos aparelhos de controle do Estado. Ela serve para domesticar o homem aos desejos das classes dominantes e promover, assim, a naturalização das desigualdades sociais. Louis Althusser acredita que “Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista.” (ALTHUSSER, 2001, p. 78). A religião, ao contrário do que se pensa, não existe em função de todos os homens, mas, sim, para a submissão do homem em função da manutenção de relações desproporcionais e agressivas, em dia com as ideologias das classes dominantes. Por isso Freud diz que

A religião prejudica esse jogo de escolha e adaptação ao impor a todos, do mesmo modo, o seu caminho para obtenção de felicidade e para proteção contra o sofrimento. Sua técnica consiste em depreciar o valor da vida e desfigurar a imagem do mundo real de modo delirante, o que tem como pressuposto a intimidação da inteligência. (FREUD, 2015, p. 79)

Como vemos, a crônica de Fernando Bonassi aponta para a ineficácia do Estado que violenta o sujeito ao negar a ele condições de vida digna, ao mesmo tempo em que preserva relações desiguais entre as pessoas, quando deixa de proteger os que necessitam de proteção jurídico-social. O processo de diminuição do personagem-narrador se dá na medida em que são negados a ele vários aspectos essenciais para um desenvolvimento saudável. Sua vida é marcada por quedas e negativas: não tem família de fato, não tem casa e emprego e é conseqüentemente enganado por outros, restando a ele culpar Deus por seu destino miserável. O personagem não tem condições sequer de revolta, pois não consegue apreender o processo de violência ao qual está submetido. Ainda que avalie em certos momentos sua situação como ruim – “moramos aqui nesse troço” (BONASSI, 2007, p. 45) – ele não tem condições de apontar a origem de suas mazelas, reportando a um mito cristão a causa de ser quem ele é.

REFERÊNCIAS

- BONASSI, Fernando. *A boca no mundo: 100 crônicas de Fernando Bonassi*. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. *A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo*. São Paulo: Almanaque 11- Educação ou conversa, 1980.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CONTI, Thomas. *Os conceitos de violência direta, estrutural e cultural*. 2016. Disponível em: <<http://thomasvconti.com.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/>> Acesso em: 12 de abr. 2019.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Olympio Editora, 1971.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Tradução Renato Zwick. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- GINZBURG, Jaime. *Literatura, Violência e Melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- GINZBURG, Jaime. Literatura e Direitos Humanos: notas sobre um campo de debates; A violência na literatura brasileira: notas sobre Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. In: *Crítica em tempos de violência*. 2010. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2015/03/tese-de-livre-docencia-jaime-ginzburg-a_copy.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- MENDES, Fábio. M. *A linguagem da violência nos contos de famílias terrivelmente felizes de Marçal Aquino*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- ODALIA, Nilo. *O que é violência?* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ROCHA, Natasha, Fernanda, Ferreira. *Estilhaços cotidianos: a ficção de Fernando Bonassi*. 2016. 117f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Estudos avançados. São Paulo, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161>>. Acesso em: 15 maio 2019.

Artigo recebido em setembro de 2020.
Artigo aceito em outubro de 2020.